

# Opinião

EDITORIAL

## Trump quer ser o anti-Obama

Se há uma marca identificável nesses primeiros dias da administração Donald Trump nos Estados Unidos é a intenção de desmontar num prazo curto os pilares da chamada “doutrina Obama”. A começar pela primeira ordem executiva do novo ocupante da Casa Branca, que afetou a aplicação plena do “Obamacare”, passando pelo desembarque ao TPP e ameaças ao Nafta, Trump age como se ainda fosse candidato da oposição republicana.

Boa parte da visão do governo Obama está exposta no documento Estratégia de Segurança Nacional, divulgado em fevereiro de 2015. Para o ex-presidente, a crescente força econômica do país deve ser a base da segurança nacional. Por conta disso, foi acentuada a liberdade para procurar acordos comerciais, atrair imigrantes com perfil inovador e empreendedor, além da promoção de iniciativas com base em energias renováveis.

Para Obama, o auxílio no desenvolvimento da democracia e a busca de condições econômicas e sociais dignas em países do Oriente Médio, África e Ásia criariam condições para reduzir a influência de grupos extremistas como o Estado Islâmico nessas regiões. “Paciência estratégica e persistência”, defendia o texto.

Paciência é algo que Trump não tem e nem acha que deve ter. As promessas de fazer a América grande de novo exigem, no seu entendimento, posições contundentes e rápidas, como o reequilíbrio da balança comercial com o México ou com ameaças de retaliação tributária a empresas que investirem fora das fronteiras americanas. Outra tendência é que relatórios ambientais sejam desconsiderados caso algum empreendimento for considerado estratégico, como na aprovação dos projetos de dois oleodutos com ligação ao Canadá.

Trump disse ainda na semana passada que vai trabalhar para que a prática de tortura em suspeitos de extremismo, abandonada em 2006, possa ser usada novamente. Outra diferenciação ao seu antecessor, que pregava a liderança global dos Estados Unidos pelo exemplo. O choque de valores é brutal.

.....

**INTENÇÃO DE DESMONTAR DOCTRINA DO GOVERNO ANTERIOR É CADA VEZ MAIS CLARA**

Panorama Diário Comercial e Publicidade Ltda.

“É vetada a reprodução parcial ou integral do conteúdo deste jornal, a não ser com a autorização expressa do Diretor de Redação”

FSC MISTO Papel FSC® C113259

IVC

ASSOCIADO A ANJ

CENP

**CONSELHO EDITORIAL** - Alaide Quercia, Duilio Calciolari, Claudia Rei, Raphael Müller e Roberto Lira

**DIRETORIA - DIRETOR EXECUTIVO:** Raphael Müller - raphaelmuller@dcicom.br

**REDAÇÃO - DIRETOR:** Roberto Lira - roberto.lira@dcicom.br

**EDITORA-ABERTURA:** Adriane Castilho - adriane.castilho@dcicom.br

**EDITORA-FECHAMENTO:** Lilliana Lavoratti - lilliana@dcicom.br

**EDITORES:** Anna Lúcia França, Fernanda Bompan, Fernando Miragaya, Jô Pasquatto, Paula Cristina Silva, Vanessa Stecanella e Wagner Gueller

**CORRESPONDENTES:** BAURU - Anna Maria Ferreira, ABCD - Juliana Cristina, BRASÍLIA - Abnor Gondim, CAMPINAS - Milton Paes, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - Julio Ottoboni. **AGÊNCIAS NOTICIOSAS:** Agência Brasil (AB), Agência Estado (AE), Agência Lusa (AL) e Reuters

**DEPARTAMENTO COMERCIAL - DIRETOR:** Martim Novaes - martim.novaes@dcicom.br

**GERENTES:** Nacional - Sandro Bertolotti - sandrob@dcicom.br - Publicidade Legal - Carlos Pontes - carlos.pontes@dcicom.br

**Publicidade** - Para anunciar: (11) 5095-5300/5301 de 2ª a 6ª, das 8 às 19 horas, e-mail: comercial.institucional@dcicom.br/comercial.legal@dcicom.br

**Departamento de assinaturas - ATENDIMENTO AO ASSINANTE (SAA):** Dúvidas, sugestões ou reclamações: (11) 5095-5335 de 2ª a 6ª, das 8 às 18 horas, e-mail: atendimento@dcicom.br; Para assinar: São Paulo e Grande São Paulo - (11) 5095-5335, Demais localidades - 0800-77-03-324, assinaturas@dcicom.br

**Redação** - Telefone (11) 5095 5200, fax (11) 5095 5308, e-mail: redacao@dcicom.br

**Sede São Paulo** - Rua Major Quedinho, 90 - 7º e 8º andar, Centro, São Paulo, SP, CEP 01050-030, Telefone (11) 5095 5200

**Sucursal Rio** - Avenida Rio Branco, 156, sala 1616 / Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20040-901, Telefone (21) 3178 4517

**Impressão** - S.A. O Estado de S. Paulo

LILIANA LAVORATTI

EDITORA-FECHAMENTO  
liliana@dcicom.br



PLANO DE VOO

## Câmara, Senado e Temer no comando

A eleição dos novos comandantes da Câmara e do Senado dará o tom da política na semana. Embora as cartas estejam marcadas para a recondução do deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) e a eleição do senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), ambos aliados do Planalto, a definição de quem terá em mãos as máximas das duas Casas é sempre um acontecimento. Ainda mais agora, com crises política e econômica entrelaçadas num caldo condimentado por delações da Lava Jato e investigações envolvendo políticos e empresários. Momento também de pretensões elevadas de um governo com forte base, mas sempre ameaçado por escândalos em potencial.

## Acordão renovado

Na volta do recesso parlamentar, os congressistas também devem renovar o acordão em torno do apoio a Temer, com as mesas diretores das duas Casas fatiadas entre os partidos da base aliada. Em nome das reformas da Previdência, das leis trabalhistas e até mesmo da ressuscitada reforma tributária, partidos vão leiloar cargos de um Legislativo revestido de maior relevância em um contexto de um Executivo de baixa popularidade e investigação de políticos. O apoio angariado por Maia e Oliveira significará também suporte à plataforma de Temer na pauta da Câmara e do Senado.

## Inovação na indústria automotiva

Indústrias do setor automotivo buscam aprimorar produtos e processos para ganhar eficiência e reduzir custos na cadeia de produção, incorporando a sustentabilidade. A Gerdau, uma das principais fornecedoras do setor, faz parceria com entidades como IPT, CBMM e Instituto Senai de Inovação para compor novas soluções, com um aporte de cerca de R\$ 1 milhão. “Fomentamos a inovação por meio de iniciativas de pesquisa e desenvolvimento, para que tragam benefícios para toda a cadeia de valor”, diz Carlos Daroit, gerente de Tecnologia de Aços Especiais da Gerdau.

## De olho nos árabes

Empresas ligadas à Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios (Abimo) e que fazem parte do Projeto Brazilian Health Devices, executado em parceria com a Apex-Brasil, estarão em Dubai (Emirados Árabes) entre hoje e 2 de fevereiro, na Arab Health, segunda maior feira na área da saúde do mundo e a principal em dispositivos médicos no Oriente Médio. O mercado árabe é relevante para exportações brasileiras de vários segmentos. Em 2016, a receita foi de US\$ 935 milhões, alta de 10% ante 2015.

## Miami é logo ali

A Valid Certificadora Digital inaugurou seu primeiro ponto de emissão de certificados digitais no exterior, em Miami, EUA. O objetivo é atender às necessidades dos mais de 250 mil brasileiros que vivem na Flórida, além de empresários que fazem negócios no país. O certificado digital é uma assinatura com validade jurídica que garante proteção às transações eletrônicas e outros serviços via internet. Ele é obrigatório, por exemplo, em empresas de lucro real ou presumido, para emitir NF-e, entrega da Rais e registros no Caged. A unidade marca a internacionalização da Valid.

ARTIGO

## Temer e a Grande Recessão

Indicadores de confiança apontam para a continuidade do quadro recessivo

Notwithstanding os acertos do governo Temer, os quais foram objeto do meu último artigo, ocorreram equívocos importantes na formulação e execução da política macroeconômica, os quais contribuiram para retardar a saída do atual quadro recessivo da atividade econômica.

No rol dos equívocos, o maior deles foi, sem sombra de dúvida, a obstinação do Banco Central sob a direção de Ilan Goldfajn de fazer a inflação convergir para o 4,5% ao ano já em 2017. A aceleração da inflação ocorrida em 2015 – quando a variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) passou de 10% - deveu-se a uma série de choques sobre os preços relativos, cujos efeitos seriam apenas o de produzir uma aceleração temporária da taxa de inflação.

Com efeito, em 2015 ocorreu um forte realinhamento de preços relativos, notadamente o valor das tarifas de energia elétrica (aumento em torno de 50%), o preço dos combustíveis e a desvalorização da taxa nominal de câmbio; choques esses que não voltariam a se repetir no ano de 2016.

Dessa forma, a simples dissipação no tempo dos efeitos dos choques de preços relativos levaria a uma redução expressiva da taxa de inflação, sem a necessidade de um endurecimento adicional da política monetária. Além disso, a aceleração da inflação ocorrida em 2015 acabaria por reduzir a renda real dos trabalhadores, gerando uma contração significativa da demanda agregada, tornando mais difícil o repasse da desvalorização cambial e do aumento dos custos com energia e combustíveis para os demais preços da economia. Por fim, a crise fiscal nos estados somada com a redução dos gastos de investimento da União e das estatais (notadamente a Petrobrás) terminariam por gerar retrações adicionais na demanda agregada, ampliando assim

o hiato do produto e, dessa forma, a intensidade do processo desinflacionário.

Todas essas informações estavam à disposição da nova diretoria do Banco Central do Brasil em meados de 2016. No entanto, a primeira flexibilização da política monetária só ocorreria em novembro desse ano, e numa magnitude inexpressiva, uma redução de apenas 0,25 ponto

porcentual na taxa Selic. Dessa forma, a manutenção da taxa Selic em 14,25% ao ano durante a quase totalidade do segundo semestre significou, na verdade, um endurecimento na condução da política monetária, pois a taxa real de juros aumentava a cada queda da inflação acumulada ao longo dos últimos 12 meses.

O resultado dessa política foi, por um lado, a retomada do processo de valorização da taxa de câmbio, o qual anulou boa parte do ajuste cambial em 2015, o qual estava começando a dar seus primeiros frutos em termos de aumento das exportações de manufaturados.

Por outro lado, o aumento da taxa real de juros contribuiu para a contração do crédito bancário e para o aumento da inadimplência das pessoas físicas e jurídicas, fazendo com que o processo de desalavancagem em curso na economia brasileira se tornasse mais lento e custoso.

Como resultado do endurecimento na condução da política monetária posta em prática por Ilan Goldfajn, a produção industrial continuou em sua trajetória de queda, revertendo assim o otimismo que o impeachment da Presidente Dilma Rousseff havia criado no meio empresarial. Os indicadores de confiança voltaram a se retrair no último trimestre de 2016, apontando assim para a continuidade do quadro recessivo.

JOSÉ LUIS OREIRO  
PROFESSOR DO INSTITUTO DE ECONOMIA DA UFRJ



josé.luis@ie.ufrj.br

